

Senadores de 82 são problema para a Constituinte

Manoel Pires

Da Sucursal do Rio

O candidato indireto da Aliança Democrática, Tancredo Neves, admitiu ontem tratar-se de "um problema muito sério" a participação na Constituinte de 86 dos senadores eleitos em 82, cujos mandatos só expiram em 90, aos quais chamou inadvertidamente de "biônicos".

Tancredo negou que pretenda se encontrar com o presidente Figueiredo ou que legalizará os partidos clandestinos. Sobre seu anunciado encontro com Figueiredo, Tancredo disse: "Nada existe programado nesse sentido porque nada tenho a tratar com sua excelência nesse momento. Salvo algum fato especial que o determine não vejo motivos para procurá-lo. Nesse momento a minha atenção continua voltada fundamentalmente para o Colégio Eleitoral, que se reúne a 15 de janeiro próximo".

Sobre a declaração de que os senadores eram "biônicos", o jornalista José Augusto Ribeiro, assessor de imprensa do candidato, justificou que "foi um cochilo". "Ele estava cansado", acrescentou o advogado Marcelo Cerqueira, um dos juristas do PMDB encarregado de examinar o que fazer em relação àqueles senadores eleitos em 82 e que, por isso, poderiam ter sua participação contestada, uma vez que não foram eleitos especificamente com esse objetivo.

Assim, embora não sejam biônicos — conforme os classificou o candidato aliancista — representam, de fato, uma questão jurídica bastante complicada, segundo reconhecem as principais lideranças peemedebistas, a começar do próprio Tancredo Neves.

De acordo com Tancredo, "uma das fórmulas aventadas por nossos especialistas é o da consulta popular, mediante uma pergunta que constaria da cédula eleitoral para saber se os senadores deverão ser mantidos na Assembléia Nacional Constituinte

Não é o que parece

Deve ser recebida em limites bastante estreitos a negativa do candidato aliancista à Presidência da República, Tancredo Neves, quanto a um encontro com o presidente Figueiredo, ainda este mês. Simplesmente porque o dr. Tancredo é um contumaz negador de encontros efetivamente realizados.

O exemplo histórico, além de criar as devidas reservas às suas declarações nesse setor, nos transfere também à observação de que o ex-governador mineiro está se aperfeiçoando em suas mineirices: negava encontros mantidos; agora começa a negar encontros que deverá manter.

ou não. Seja como for, o assunto ainda não tem uma definição clara, e está sob análise partidária".

A preocupação dominante de Tancredo durante a entrevista à imprensa não era porém sobre a legitimidade da participação desses senadores na elaboração da nova Carta, que foi levantada por um jornalista, pegando-o de surpresa. Ele se mostrava particularmente interessado em desmentir as notícias de que, após eleito, promoveria a legalização dos partidos clandestinos. Pronunciando as palavras de maneira cuidadosa, procurou explicar o que havia declarado na véspera e que, no seu entender, fora mal interpretado pela imprensa:

"O que eu disse é que essa é uma questão tipicamente congressual, por se referir a exigências definidas na Constituição e que, portanto, só poderão ser abolidas mediante emenda constitucional com o apoio de dois terços do Parlamento. Se o Congresso atual tiver força para isso, fazendo aprovar uma alteração constitucional capaz de promover o reconhecimento desses partidos, então o problema fica apenas na dependência do Poder Judiciário."

Universidade homenageia candidato

Da Sucursal do Rio

"Reconheço a enormidade da tarefa que me aguarda, percebo a gravidade da situação nacional e internacional. E neste quadro de incertezas sou chamado a liderar todo o povo", declarou ontem o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, em discurso no qual assumiu claramente a posição de futuro presidente da República. Mas, indagado mais tarde se ele se considerava desde agora o sucessor de Figueiredo, respondeu sorrindo: "Não, só depois da eleição." O discurso de Tancredo como o próximo chefe do governo foi proferido após receber o título de professor "honoris causa" da Universidade Cândido Mendes. "Em minha longa

vida de serviços prestados à causa pública, faltava-me esta experiência impar", disse ele.

No que seria seu segundo discurso do dia — no decorrer do almoço de entrega do Prêmio Alceu Amoroso Lima de Liberdade de Imprensa ao presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e aos jornalistas Marcos de Castro e Marcos de Sá Correa, também na Cândido Mendes —, Tancredo iria ressaltar um de seus compromissos de governo. "Prometo lutar para a constituição de bases materiais da liberdade, a eliminação das injustiças e das necessidades". Ao invés disso, ele preferiu mandar distribuir o que havia preparado e falou de improviso para enaltecer algumas figuras presentes.



Entre Roberto Marinho e Cândido Mendes, Tancredo discursa após receber o título de professor "honoris causa"

Juristas dividem-se sobre composição da Constituinte

Da Sucursais

As opiniões dos juristas que apoiam a candidatura Tancredo Neves dividem-se quanto à participação na Constituinte de 86 dos senadores eleitos em 82: enquanto Afonso Arinos acha que essa questão é "meramente política", a ser resolvida pelos termos da convocação da Assembléia, Marcelo Cerqueira a considera "essencialmente jurídica e de delicada solução".

O Senado possui 69 representantes, três por Estado da Federação. Vinte e dois deles saíram das urnas, em 78, e outro tanto foi escolhido indiretamente pelo Planalto, os chamados "biônicos". Os 25 restantes (Rondônia pela primeira vez enviou representantes ao Senado) elegeram-se pelo voto direto em 82, substituindo o que havia passado pelo mesmo processo em 1974. São justamente esses parlamentares que não poderiam participar da Constituinte porque seus mandatos vão até 90 e eles não

foram eleitos especificamente para votar a nova Carta Magna.

"Não tem nada disso", contesta Arinos, explicando: "Na França, o general Charles de Gaulle promoveu uma reforma constitucional sem Assembléia convocada para esse fim. Conseguiu aprová-la através de referendo. Essa é uma questão meramente política, que depende de como o atual Congresso irá definir os termos de convocação da Assembléia encarregada de elaborar e aprovar a futura Constituição".

Cerqueira não concorda: "Só pode votar numa nova Carta Magna quem for eleito especificamente para esse fim. Assim, vejo duas soluções para os senadores de 82. A primeira permitiria que eles permanecessem em seus cargos, com direito a voz mas sem direito a voto dentro da Assembléia Constituinte. E a segunda seria estabelecer a eleição de três terços e não mais dois terços apenas para o Senado, em 86, sendo que os menos votados só teriam mandato por um ano, enquanto durasse a reforma constitucional".

Camponeses

Ao encerrarem ontem o Congresso Estadual de Trabalhadores de Agricultura, em Recife, 113 sindicatos representando quase um milhão de lavradores reivindicaram a convocação de uma Constituinte "livre e soberana".

Ratificaram o compromisso com as eleições diretas, mas decidiram reconhecer a candidatura Tancredo Neves como "uma ponte para sair do embaraço político atual".

Formação do novo governo acirra disputas na Aliança

Da Sucursal de Brasília

Convencidos de que a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral está assegurada, parlamentares da Aliança Democrática já começam a desentender-se a respeito do critério de composição do próximo governo. O deputado José Fogaça (PMDB-RS) denunciou, a propósito, que o economista Dércio Garcia Munhoz foi afastado do núcleo de elaboração econômica do candidato "por sabotagem da Frente Liberal".

O senador José Sarney, que concorre à vice-presidência, rebateu a acusação, desafiando o economista a dizer quem, quando e onde a Frente Liberal exerceu pressão. Afirmou que Tancredo Neves "vai surpreender o País pela convivência e colaboração da equipe de seu futuro governo". E assegurou que o candidato aliancista "não tem compromisso com ninguém"; o único assumido até agora seria com o programa de formação da Aliança Democrática.

O deputado José Fogaça deflagrou no Congresso uma campanha para que o PMDB tenha um peso decisivo no próximo governo, equivalente a sua força política. Ele quer que o presidente do partido, Ulysses Guimarães, faça uma definição clara a esse respeito.

"Temos que deixar de ser conciliadores e assumir o conflito com a Frente Liberal, que faz restrições ao deputado Alencar Furtado, ao economista José Serra e sabotou o trabalho de Dércio Munhoz, segundo este me informou. Mas não quer que nós façamos restrições ao Sarney na chapa de Tancredo".

O deputado Elquisson Soares (PMDB-BA) também quer uma definição do candidato sobre a composição do governo. Ele pretende que o PMDB tenha forte preponderância depois de 15 de março: "A Frente Liberal fez parte do regime todo esse tempo e não se vai mudar nada neste País se continuarem os mesmos governantes".

Roberto Rollemberg (PMDB-SP), mais flexível, chegou a aceitar o critério paritário empregado por Tancredo na definição dos ministérios econômicos. Mas fora dessa área, as demais devem ser preenchidas, a seu ver, de acordo com a expressão das bancadas.

Na Frente Liberal, um de seus coordenadores, deputado Saulo Queiroz, argumentou que, se Tancredo levar em conta os votos de quem o elegerá, deve lembrar que cada voto da dissidência do PDS significa dois: um que deixou de sufragar Maluf e outro que somou para a vitória do candidato aliancista. Por este critério, o ex-governador teria que formar um governo paritariamente, com integrantes da Frente e do PMDB, como quer o parlamentar.

Com esse pensamento também concordou o frentista Lúcio Alcântara (PDS-CE), recomendando que no próximo governo seja prolongado o critério de composição já empregado para a Comissão do Plano de Ação do Governo (Copag) de Tancredo Neves, que se reúne hoje em Brasília e é integrada por seis membros: três do PMDB e três da Frente Liberal.